

Num **momento em que se aproxima o final de mais um ciclo político**, é particularmente relevante **avaliar** o período que se encerra e **planear** o futuro que se avizinha.

Desde há quatro anos que trabalhamos norteados pelo objetivo de conferir **prioridade às pessoas**, particularmente em matéria de políticas públicas na área da Saúde, Educação, Ensino Superior, Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e Habitação, conforme compromissos assumidos no Programa do Governo.

Sectorialmente, a prioridade às pessoas tem tido como **lema “Defender o SNS, promover a Saúde”**, envolvendo **nove eixos de ação**: a melhoria da saúde pública, a redução das desigualdades de acesso, o fortalecimento do poder do cidadão no SNS, a modernização da rede de cuidados de saúde primários, a melhoria da gestão dos hospitais, a expansão da rede de cuidados continuados, o aperfeiçoamento da gestão dos recursos humanos da saúde, o reforço da governação do SNS e a melhoria da qualidade.

Relativamente a cada um deles, **é possível medir o grau de cumprimento de cada um dos objetivos que nos propusemos alcançar** e poderíamos referir **exemplos positivos** como o programa de promoção da alimentação saudável¹, a redução das taxas moderadoras e a reposição do direito ao transporte não

¹ Protocolos para a reformulação de produtos alimentares celebrados em maio com a federação das indústrias agro-alimentar e a associação de empresas de distribuição com o objetivo de reduzir os consumos de sal, de açúcar e gorduras trans.

urgente de doentes², o livre acesso e circulação no SNS³, a saúde oral, a saúde visual e os meios complementares de diagnóstico nos cuidados de saúde primários⁴, a hospitalização domiciliária⁵, a diversificação das respostas de cuidados continuados⁶, a melhoria do regime de incentivos à fixação de médicos em zonas carenciadas⁷, o reforço da transparência e da prestação de contas ou a criação do Conselho Nacional de Saúde.

Ao longo dos últimos anos foi possível, **paulatinamente, recuperar o país de um período muito difícil** em que a conjuntura económica externa e as nossas fragilidades sistémicas nos obrigaram a recorrer à assistência económica e financeira. Como a generalidade dos portugueses, depois de anos de grandes dificuldades, **o SNS tem vindo a recuperar a normalidade do seu funcionamento.**

Em menos de quatro anos, **o orçamento do SNS cresceu 1.400 milhões de euros.** Além disso, como parte da estratégia de reequilíbrio financeiro do setor da saúde, desde o início de 2018 já foram realizados reforços de capital e adiantamentos aos contratos programa de mais de **1.500 milhões de euros para**

² A redução do valor das taxas moderadoras originou uma redução de faturação no valor global de 25%. A remoção de diversas limitações ao direito de transporte não urgente permitiu alargar a cobertura.

³ Possibilidade de cada doente, em articulação com o seu médico de família, escolher o hospital para o qual deseja ser enviado para uma primeira consulta de especialidade hospitalar.

⁴ Em 55 ACES, 74% têm saúde oral, 61% têm saúde visual infantil, 81% retinopatia diabética, 65% têm capacidade de diagnóstico de radiologia, 78% de análises clínicas,

⁵ A funcionar em 19 hospitais com um total de 110 camas.

⁶ Temos cerca de 8.500 camas em funcionamento e mais 300 autorizadas.

⁷ Do qual já beneficiavam 350 médicos no final de 2018, prevendo-se que mais 150 o façam antes do final da legislatura.

pagamento de dívida e recentemente aprovámos os **planos de liquidação dos pagamentos em atraso das entidades públicas empresariais que ultrapassam os 850 milhões de euros** a acrescentar aos fundos disponíveis.

Em menos de quatro anos, **a força de trabalho do SNS conta com mais 10.800 efetivos**. São mais 1.800 médicos especialistas, mais 4.400 enfermeiros e mais 1.000 técnicos superiores de saúde e técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, entre outros. E os 130.800 profissionais que em abril de 2019 trabalhavam no SNS já não estão sujeitos a reduções de salários e das majorações por trabalho suplementar e horas incómodas, à imposição de um horário de 40 horas semanais e ao congelamento das suas carreiras.

Chegámos a 2019 com o maior orçamento inicial e a maior força de trabalho do SNS mas isso não nos descansa relativamente ao muito que há por fazer.

Em cada um dos dias que faltam até ao final da legislatura vamos continuar a trabalhar para atingir os objetivos fixados ou garantir que nos encontramos o mais próximos possível de os alcançar. Será assim relativamente a **diversos investimentos** que se encontram em desenvolvimento, desde o Novo Hospital de Lisboa Oriental ao Novo Hospital Central do Alentejo, passando pela ala Pediátrica do Centro Hospitalar de S. João ou a nova Maternidade de Coimbra. Será assim relativamente a **diversas contratações**

adicionais, como as de reforço de assistentes operacionais e assistentes técnicos, **e a concursos para progressão nas carreiras**, como o de acesso ao grau de consultor e de assistente graduado sénior da carreira médica e o de técnico especialista e especialista principal da carreira técnico superior de diagnóstico e terapêutica. Será assim, sobretudo, relativamente a **diversos aspetos relacionados com acesso**, como a recuperação das listas de espera para primeira consulta hospitalar com mais de um ano e com a colocação dos recém-especialistas de Medicina Geral e Familiar, de cuja retenção no SNS depende a nossa capacidade de alargarmos cobertura de cuidados de saúde primários.

Adicionalmente, vamos trabalhar para planejar o futuro. Esta legislatura demonstrou que **Boa Saúde e Boas Contas não são opções incompatíveis**. A continuação deste equilíbrio dependerá da nossa capacidade de manter escolhas certas. Mas também da nossa capacidade de sermos mais produtivos e eficientes, de fazer mais e melhor.